

- "PL 737/2013, dos Vereadores NATALINI (PV), JOSÉ POLICE NETO (PSD), GOULART (PSD), MÁRIO COVAS NETO (PSDB) E TONINHO VESPOLI (PSOL). Dispõe obre o uso de água potável na limpeza de calçadas no âmbito do município de São Paulo e dá outras providências. FASE DA DISCUSSÃO: 1ª. APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA SIMPLES. HÁ SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEG. PARTICIPATIVA."

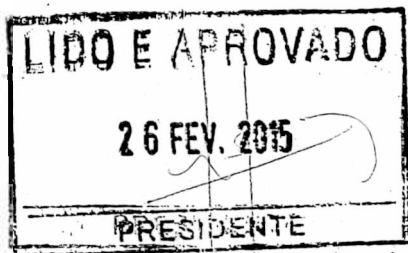
O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato - PT) – Solicito ao Sr. Secretário a leitura do parecer.

- É lido o seguinte: (Parecer ao PL 737/13)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato - PT) – Em discussão. Não há oradores inscritos; está encerrada a discussão. A votos o substitutivo ao PL 737/13. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários, ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora. (Pausa) Está aprovado. Volta em segunda discussão.



Câmara Municipal de São Paulo



RPS

4/2015

REQUERIMENTO

REQUEIRO à Douta Mesa, na forma regimental, seja reduzido de 10 (dez) para 5 (cinco) dias o interstício mínimo entre a primeira e a segunda audiência pública, nos termos do parágrafo único do art. 66, do Regimento Interno desta Casa, relativa às seguintes matérias legislativas:

- 1) PL 529/2014 – Autoria: ver. Mário Covas Neto (PSDB); Ver. Laércio Benko (PHS); Ver. Nelo Rodolfo (PMDB); Ver. Nabil Bonduki (PT); Ver. Paulo Frange (PTB); Ver. Roberto Tripoli (PV); Ver. José Police Neto (PSD); Ver. Ari Friedenbach (PROS) - Dispõe sobre aplicação de multa pecuniária para o desperdício de água na cidade de São Paulo e dá outras providências.
- 2) PL 323/2010 – Autoria: ver. Dalton Silvano (PV) - cria o programa de reuso de água em postos de gasolina e lava-rápidos no município de São Paulo, e dá outras providências.
- 3) PL 185/2011 - Ver. Eliseu Gabriel (PSB) - Estabelece a proibição do descarte de óleos e gorduras animais ou vegetais na rede coletora de esgoto e águas pluviais no município de São Paulo, e dá outras providências.
- 4) PL 737/2013 - Ver. Mário Covas Neto (PSDB); Ver. Natalini (PV); ver. Goulart (PSD); ver. José Police Neto (PSD); Ver. Toninho vespoli (PSOL) - Dispõe sobre o uso de água potável na limpeza de calçadas no âmbito do município de São Paulo e dá outras providências.
- 5) PL 44/2014 - Ver. Laércio Benko (PHS) - Dispõe sobre o reaproveitamento de água pluvial nas escolas públicas municipais, e dá outras providências.
- 6) PL 267/2014 - ver. Conte Lopes (PTB) - Altera o código de obras, Lei nº 11.228, de 25 de junho de 1999, acrescentando item 14.3 ao seu anexo i, para dispor sobre a utilização de instalações sanitárias mais econômicas em relação ao consumo de água, e dá outras providências.

Vereador Laércio Benko

CNPJ - 08.912.22 - 25/02/2015 - 19:59 - 00005 - 1/2

Segue anexo 4, nesta data, documento(s)
e papel de informação rubricado 4 sob folha(s)
nº 502/10. Em 04/05/2014

João Carlos Dias Chaves
RF. 11336-502-12



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

fls. 30

Folha nº 56. do Proc.
Nº PL 737 de 2013
João Carlos Das Chaves
RF 11.386 - SGP.12

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: ANDREA MATARAZZO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 28 DE MAIO DE 2014

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão

14705

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro aberto os trabalhos da 14ª audiência pública. Essa audiência vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade* diariamente, desde o dia 26 de maio de 2014, e foi publicada no jornal *Folha de S. Paulo* no dia 23 de maio de 2014, e no jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 27 de maio de 2014.

Passemos para os itens da pauta.

Bom dia a todos.

PL 447/2013, do Vereador Celso Jatene. Altera destinação das áreas livres do Conjunto José Bonifácio, na zona Leste do município de São Paulo e dá outras providências.

Alguém inscrito? (Pausa) Em votação. Se todos estiverem de acordo permaneçam como estão.

(Pausa) Aprovado.

Audiência realizada.

PL 223/206, do Vereador Adilson Amadeu, do PTB. Fica obrigatória a implantação de um programa de revitalização de áreas em uso de degradação urbana na região do Brás, no Pari.

Alguém inscrito? (Pausa) Em votação. Se todos estiverem de acordo permaneçam como estão.

(Pausa) Aprovado.

Audiência realizada.

PL 513/2012, do Vereador Oliveira, do PSD. Dispõe sobre a obrigatoriedade da destinação adequada das águas subterrâneas proveniente da execução de obras e dá outras providências.

Alguém inscrito? (Pausa) Em votação. Se todos estiverem de acordo permaneçam como estão.

(Pausa) Aprovado.

Audiência realizada.

PL 127/2013, do Vereador Aurélio Miguel. Alteração redação dos incisos I e II do parágrafo 4º, do artigo 8º da Lei 15.150, de 06 de maio de 2010 do Município de São Paulo e dá outras providências.

Alguém inscrito? (Pausa) Em votação. Se todos estiverem de acordo permaneçam como estão.

(Pausa) Aprovado.

Audiência realizada.

PL 477/2013, do Vereador Nelo Rodolfo, PMDB. Dispõe sobre a instituição de serviço de unidade médico-veterinário móvel, SAMUV, Serviço de Atendimento Médico Móvel de Urgência Veterinário para cães e gatos com intuito de castração, vermifugação, vacinação, primeiros socorros, exames educação através de conscientização no Município de São Paulo.

Alguém inscrito? (Pausa) Em votação. Se todos estiverem de acordo permaneçam como estão.

(Pausa) Aprovado.

Audiência realizada.

PL 610/2013, do Vereador Eduardo Tuma. Dispõe sobre a comprovação da origem dos materiais metálicos recicláveis e cadastro dos fornecedores e dá outras providências.

Alguém inscrito? (Pausa) Em votação. Se todos estiverem de acordo permaneçam como estão.

(Pausa) Aprovado.

Audiência realizada.

PL 662/2013, do Vereador Milton Leite. Estabelece normas gerais de segurança em boates, casas noturnas e demais estabelecimentos abertos ao público e dá outras providências.

Alguém inscrito? (Pausa) Em votação. Se todos estiverem de acordo permaneçam como estão.

(Pausa) Aprovado.

Audiência realizada.

PL 671/2013, do Vereador Toninho Paiva, do PR. Disciplina a colocação do símbolo de entidades reconhecidas como de interesse público no âmbito da cidade de São Paulo e dá outras providências.

Alguém inscrito? (Pausa) Em votação. Se todos estiverem de acordo permaneçam como estão.

(Pausa) Aprovado.

Audiência realizada.

PL 682/2013, do Vereador Calvo. Dispõe sobre a obrigatoriedade da disponibilização de lavatórios em estabelecimentos que comercializam alimentos para consumo local no âmbito do Município de São Paulo, nas condições que especifica e dá outras providências.

Não há nenhum Vereador inscrito. Audiência realizada.

Folha nº 57 do Proc.
Nº PL 737 de 2013
Chaves

fls. 32

PL 704/2013, do Vereador Vavá, do PT. Altera o código de obras e edificações anexo a lei 11.228, de junho de 1992 para dispor sobre a obrigatoriedade de manutenção de plataforma elevada do tipo "DOCA" nas edificações de uso comercial de grande porte que especifica no âmbito do município de São Paulo e dá outras providências.

Não há nenhum Vereador inscrito. Audiência realizada.

PL 718/2013, do Vereador Coronel Camilo. Dispõe sobre a implantação de coleta de lixo eletrônico de pequeno porte em todas as escolas públicas e particulares deste município e dá outras providências.

Não há nenhum Vereador inscrito. Audiência realizada.

PL 737/2013, de vários autores. Dispõe sobre o uso de água potável em limpeza de calçadas no âmbito do município de São Paulo e dá outras providências.

Não há nenhum Vereador inscrito. Audiência realizada.

PL 742/2013, da Vereadora Sandra Tadeu, Democratas. Altera a lei 13.478, de 30 de dezembro de 2002, para dispor sobre as sanções aplicáveis aos municípios usuários por infrações cometidas contra o sistema de limpeza urbana para alterar o valor da multa aplicável à infração do artigo 172 e dá outras providências.

Não há nenhum Vereador inscrito. Audiência realizada.

PL 755/2013, do Vereador Laércio Benko, PHS. Dispõe sobre a responsabilidade das empresas pela lavagem dos uniformes usados por seus empregados e dá outras providências.

Não há nenhum Vereador inscrito. Audiência realizada.

PL 833/2013, do Vereador Abou Anni. Estabelece a política anual de vacinação contra cinomose em cães no município de São Paulo e dá outras providências.

Está inscrita a Sra. Cristiane da França Ferreira.

A SRA. CRISTIANE DE FRANÇA FERREIRA – Exmº Sr. Presidente, nobres colegas presentes, eu, Cristiane de França Ferreira, representando o mandato do Vereador Abou Anni, venho sustentar e defender as razões do projeto de lei 833/2013, que estabelece que o Poder Público, em sua política de saúde animal, promoverá anualmente a vacinação gratuita em cães contra a cinomose.

Vale acrescentar que a cinomose é uma doença muito grave, que ataca vários órgãos do organismo do animal. Ela ocorre só em cães e não há cura. O único tratamento é a vacinação. O cão doente, por meio de secreções, acaba transmitindo a doença a outro que está vulnerável, e o tratamento é muito difícil.

Como o município já tem um hospital para cães e está construindo um outro, esse ambiente é muito propício à disseminação dessa doença. Então, o melhor tratamento, inclusive para economizar, é a vacinação anual para que os animais estejam imunes a cinomose, que não tem medicação, a não ser a vacina.

São essas as razões em defesa do projeto, representando o mandato do Vereador Abou Anni. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Sra. Cristiane, obrigada pela apresentação. Agradeço ao Vereador Abou Anni por ter proporcionado a explicação do seu projeto.

Audiência realizada.

Não havendo mais nada a tratar dou por encerrada a segunda audiência pública da Comissão de Política Urbana.

Muito obrigado e boa tarde.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

FL. Nº
Proc. nº
CMSP – CPUMMA
Nome: Gabriel da Silva Martinez Ribeiro
RF: 11317

Folha nº 58 do Proc.
Nº PL 737 de 2013
João Carlos das Chaves
RF 11.358 - SGP.12

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE

PRESIDENTE: ANDREA MATARAZZO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 11/06/2014

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro aberto os trabalhos da 19ª Audiência Pública. Essa audiência vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade* diariamente, desde o dia 10 de junho de 2014. Foi publicada no jornal *Folha de S. Paulo* no dia 10 de junho de 2014 no jornal *Diário de S. Paulo* no dia 11 de junho de 2014, ou seja, hoje.

Passemos aos itens da pauta. Solicito que o Secretário da Comissão faça a leitura do item.

Item 1º - PL 489/2012, do Vereador Oliveira.

- Dispõe sobre a atividade desenvolvida pelos catadores de materiais recicláveis e insere inciso VIII ao artigo 8º da Lei 13.478, de 30 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a organização do sistema urbano do Município de São Paulo e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Em discussão. Não há oradores inscritos; encerrada a discussão. A votos. Os presentes favoráveis permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado.

Próximo item.

Item 2º PL 181/2013, do Vereador Nelo Rodolfo.

- Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação através do *site* oficial do Executivo municipal na internet dos dados relativos aos transportadores de resíduos da construção civil e resíduos volumosos.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Em discussão. Não há oradores inscritos; encerrada a discussão. A votos. Os presentes favoráveis permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado.

Próximo item.

Item 3º PL 636/2013, da Vereadora Sandra Tadeu.

- Dispõe sobre a instalação de aviso de segurança em escadas rolantes de qualquer estabelecimento com circulação de público na cidade de São Paulo e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Em discussão. Não há oradores inscritos; encerrada a discussão. A votos. Os presentes favoráveis permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado.

Próximo item.

Item 4º. PL 739/20134, do Vereador Claudinho de Souza.

- Acrescenta o item 3.9.5 à seção 3.9 do Capítulo III, do anexo 1 da Lei 11.228, de 25 de 1992 e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Em discussão. Não há oradores inscritos; encerrada a discussão. A votos, os presentes favoráveis permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado.

Próximo item.

Item 5º. PL 783/2013, do Vereador Wadih Mutran.

- Dispõe sobre a criação e construção de ciclovias, parques a serem implantados em toda extensão da Marginal Tietê, localizada no Município de São Paulo e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Em discussão. Não há oradores inscritos; encerrada a discussão. A votos. Os presentes favoráveis permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado.

Próximo item.

Item 6º. PL 790/2013, do Vereador Natalini.

- Estabelece formas de identificação do plantio de mudas compensatórias no âmbito do Município de São Paulo e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Em discussão. Não há oradores inscritos; encerrada a discussão. A votos. Os presentes favoráveis permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado.

Próximo item.

Item 7º. PL 821/2013 do Vereador Goulart.

- Dispõe sobre o Plano Estratégico de Avaliação de Risco e de Evacuação dos edifícios que abrigam instituições de ensino no âmbito do Município de São Paulo e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Tem a palavra a Assessora do Vereador Goulart, a Sra. Nazeli.

A SRA. NAZELI – Essa proposta legislativa nos chegou através de uma equipe de profissionais de educação absolutamente preocupados com a questão dos sinistros nos estabelecimentos de ensinos público e privados. A necessidade um plano estratégico de prevenção de riscos e de evacuação em caso de emergência é uma preocupação que deve estar presente na direção das escolas e também com relação ao Poder Público. Nesse sentido, o projeto prevê que é necessária um Plano Estratégico de Avaliação de Risco, identificando todos os locais e todos os espaços físicos destinados à educação e é necessário um plano de evacuação em caso de emergência para salvaguarda da vida dos jovens, dos adolescentes e

também dos usuários e funcionários dos estabelecimentos de ensino, já que os sinistros são absolutamente imprevisíveis e a salvaguarda das vidas é uma questão de mais absoluta importância.

O projeto também prevê multa para o caso de descumprimento. A multa foi arbitrada em dez mil reais na ausência desse plano estratégico.

Nós permanecemos, como sempre, à disposição para aprimoramento do projeto quando da relatoria.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Nós que agradecemos a explicação de V.Sa. e leve ao Vereador Goulart o nosso parabéns pela feliz iniciativa de dar mais segurança aos alunos da nossa Cidade.

Não há mais oradores inscritos; está encerrada a discussão. A votos. Os presentes favoráveis permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado.

Item seguinte.

Item 8º. Vereador Toninho Vespoli.

- Estabelece o direito de acessibilidade às pessoas ostimizadas ao uso de banheiros de uso público e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Em discussão. Não há oradores inscritos; encerrada a discussão. A votos. Os presentes favoráveis permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado.

Próximo item.

Item 9º. PL 863/2013 do Executivo.

-Estabelece parâmetros específicos para instalação, reforma e regularização de equipamentos públicos de educação, saúde e assistência social, acresce alínea f ao subitem 3.6.2.3 do anexo 1 da Lei 11.228, de 25 de junho de 1992.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Em discussão. Não há oradores inscritos; encerrada a discussão. A votos. Os presentes favoráveis permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado.

Próximo item.

Item 10º. PL 83/2014, do Vereador Nabil Bonduki.

- Dispõe sobre a criação de vagas vivas e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Em discussão. Não há oradores inscritos; encerrada a discussão. A votos. Os presentes favoráveis permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado.

Próximo item.

Item 11. PR 2/2014, do Vereador Natalini.

- Estabelece a compra preferencial de papel A4 reciclado pela Câmara Municipal de São Paulo e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Em discussão. Não há oradores inscritos; encerrada a discussão. A votos. Os presentes favoráveis permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado.

Próximo item.

Entramos agora em segunda audiência dos projetos seguintes.

Item 12. PL 447/2003, do Vereador Celso Jatene.

- Altera a destinação das áreas livres do conjunto habitacional José Bonifácio, zona Leste do município de São Paulo, e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Em discussão. Não há oradores inscritos; encerrada a discussão. A votos. Os presentes favoráveis permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado.

Queremos registrar a presença do sempre querido Vereador Police Neto.

Próximo item.

Item 13. PL 223/2006, do Vereador Adilson Amadeu.

- Fica obrigatória a implantação de um programa de revitalização das áreas de uso de degradação urbana na região de Brás, Pari.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Audiência Pública realizada.

Próximo item.

Item 14. PL 513/2012, do Vereador Oliveira.

- Dispõe sobre a obrigatoriedade da destinação adequada das águas subterrâneas provenientes da execução de obras e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Há inscritos para discutir. Tem a palavra o Sr. Ricardo Costa.

O SR. RICARDO COSTA – Sou munícipe e trabalho com arquitetura, engenharia e construção. Esse é um projeto realmente, especialmente dado ao problema que temos em São Paulo, de

falta de água e recursos hídricos, que vale um empenho muito grande todos os nossos Vereadores e participantes da Câmara e Governo, porque realmente é algo que a gente pode reaproveitar, não deve ser desperdiçado. Vemos em várias obras água sendo desperdiçada, jogada das ruas, sendo absolutamente desprezada, de uma forma como se fosse o pior dos lixos que temos e, na verdade, é a maior riqueza que temos e está absolutamente em falta. Então peço que possamos de alguma maneira olhar profundamente sobre esse projeto, ver quais são as necessidades que temos para implementar para que isso não seja desperdiçado, se existe alguma maneira que podemos usar para punir qualquer obra ou instituição que desperdice esse recurso que nós temos e nos comprometemos de não deixar passar uma gota pelos bueiros de São Paulo que possam ser aproveitados pela população de uma forma que possamos usar esse recurso para nos mantermos vivos, porque sem água – primeiro é o ar, depois a água – não vivemos. Sendo o recurso mais importante que precisamos, acho que vale a intensa de todos de não desperdiçarmos esse recurso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Agradecemos a intervenção do senhor. Gostaríamos de cientificar ao senhor e aos presentes que no novo Plano Diretor, que devemos aprovar nesta Casa, já existem diretrizes para que essa água que vem sendo desperdiçada possa ser aproveitada e ter um uso comum.

Audiência pública realizada.

Item seguinte.

Item 15. PL 477/2013, do Vereador Nelo Rodolfo.

- Dispõe sobre a instituição do serviço médico-veterinário móvel, SAMUV, serviço de atendimento móvel de urgência veterinária para cães, Gatos com o intuito de castração, vermifugação, vacinação, primeiros socorros, exame e educação através da conscientização no Município de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Damos como concluída a segunda audiência pública do PL 477/2013.

Item seguinte.

Item 16. Do Vereador Eduardo Tuma, do PSDB.

- Dispõe sobre a comprovação da origem dos materiais metálicos recicláveis e cadastro dos fornecedores dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Não há inscritos para discutir. Realizada a segunda audiência pública.

Item seguinte.

Item 17. PL 662/2013, do Vereador Milton Leite.

- Estabelece normas gerais de segurança em boates, casas noturnas e demais estabelecimentos aberto ao público e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Tem a palavra o Sr. Ricardo Costa.

O SR. RICARDO COSTA – Como a gente teve o problema na cidade de Santa Maria e hoje em dia você pode ver vários estabelecimentos que continuam sem segurança, é uma preocupação que a gente tem, e especialmente por causa de fogos, colocação incorreta de portas de segurança, falta de extintor de incêndio, falta de qualquer segurança em geral, mesmo segurança de pessoas assegurando o bem das pessoas, pessoas fisicamente segurança brigas e coisas assim, realmente tem sido uma dificuldade muito grande. Eu não saio muito à noite, mas quando saio me preocupo com isso, restaurantes com as portas invertidas para dentro. Realmente é uma coisa perigosa, pegou fogo, ninguém consegue sair. Entendo que São Paulo tem uma história muito grande, já tem restaurantes instalados em edifícios, edificações já são de datas passadas e a gente precisa saber como a gente pode achar uma maneira para poder reeditar esses edifícios, essas entradas e saídas sem causar obviamente um desfalque econômico e financeiro para os restaurantes, porque eles vão ter que fechar, não podemos fazer isso por causa da economia, mas temos que ver também que a segurança da população vem em primeiro lugar.

Eu gostaria de fazer um apelo para que isso possa ser feito de uma maneira consciente, visando a segurança em primeiro lugar, mas não desfalcando financeiramente as instituições, para que possamos ter uma economia saudável, não só hoje mas também para o futuro, porque realmente o futuro de São Paulo está meio obliquo. Está difícil a situação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) - Obrigado pela participação.

Quero cumprimentar o Vereador Milton Leite pela preocupação para que tenham uma segurança maior aqueles que vão fazer o seu lazer.

Próximo projeto da pauta é o 18º.

Passo a presidência ao Vereador José Police Neto.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Projeto de Lei 671/2013, de autoria do Vereador Toninho Paiva, do PR.

"Disciplina a colocação do símbolo de entidades reconhecidas como de interesse público, no âmbito da cidade de São Paulo, e dá outras providências."

Temos inscritos, Sr. Secretário?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Não há inscritos. Está encerrada a audiência pública ao PL 671/2013. Muito obrigado a todos os que participaram.

Devolvo a palavra ao Presidente Vereador Toninho Paiva.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) - Obrigado, Vereador Police Neto.

Próximo projeto 19º. PL 682/2013, de autoria do Vereador Calvo.

O SR. SECRETÁRIO - "Dispõe sobre a obrigatoriedade da disponibilização de lavatórios em estabelecimentos que comercializam alimentos para consumo local, no âmbito do Município de São Paulo, nas condições que especifica, e dá outras providências." Não há inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) - Concluída a segunda audiência pública do PL 682/2013.

Próximo projeto da pauta nº 20. PL 704/2013, do Vereador Vavá.

O SR. SECRETÁRIO - "Altera o código de obras e edificações anexo à lei nº 11.228, de junho de 1992, para dispor sobre a obrigatoriedade de manutenção de plataforma elevada do tipo "doca" nas edificações de uso comercial de grande porte que especifica, no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências." Não há inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) - Concluída a segunda audiência pública do PL 704/2013.

Próximo projeto da pauta nº 21. PL 718/2013, do Vereador Coronel Camilo.

O SR. SECRETÁRIO - "Dispõe sobre implantação de coleta de lixo eletrônico de pequeno porte em todas as escolas públicas e particulares deste Município, e dá outras providências." Está inscrito, novamente, o Sr. Ricardo Costa.

O SR. RICARDO COSTA - Vereadores Police Neto e Toninho Paiva, desculpem a correria. Cheguei, estava meio difícil o metrô... Agora eu cheguei, de corpo e alma.

Queria, quem sabe, adicionar um pouco, pode ser até pretensão o conhecimento de áreas de preservação, mas, realmente, lavar calçada com água potável é um descaso, é uma afronta, especialmente hoje em dia. Gostaria de propor se pudessemos, em outras instâncias, usar a água não potável, águas que chamamos cinza - eu suponho, aqui no Brasil - para lavar calçada, feiras e tudo mais. Realmente, usamos água nas pias, que vão para o bueiro como se fosse descarga comum, de banheiro. Como podemos implantar mudanças nas leis...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) - Ele está falando do PL 718/13, mas falamos de outro, do PL 717. Por favor, faça a leitura do item 21, PL 718/13, Vereador Coronel Camilo.

- "PL 718/13, Vereador Coronel Camilo. Dispõe sobre a implantação e coleta de lixo eletrônico, de pequeno porte, em todas as escolas públicas e particulares deste município e dá outras providências".

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) - O próximo é o item 22 - PL 737/13, a autoria é de vários Vereadores.

- "PL 737/13. Dispõe sobre o uso de água potável na limpeza de calçadas no âmbito do Município de São Paulo e dá outras providências".

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) - Não há inscritos. (Pausa) Está realizada a segunda audiência pública.

Folha nº 60 do PL 737 de 2013
Nº 11.335 SGP.12
João Carlos D. Chaves



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

Folha nº 61 do Proc.
Nº PL 737 de 20 13
João Carlos Dias Chaves
RF 11.336 SGP.12

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: MILTON LEITE

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 24 DE FEVEREIRO DE 2015

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
-

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Com a presença dos nobres Vereadores Milton Leite, Paulo Fiorilo e Laércio Benko, declaro aberta a audiência pública.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pela internet, através do portal da Câmara – www.camara.sp.gov.br, *link* TV Câmara, Auditórios On-Line. A íntegra da transcrição desta audiência pública estará à disposição do público em geral pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço: www.camara.sp.gov.br, no *link* Audiência Pública – Registro Escrito.

Para a presente audiência pública foram convidados a participar os Exmos. Srs. Francisco Macena, Secretário de Governo Municipal, que enviou seu representante, Sr. Carlos Gaspar; Wanderley Meira Nascimento, Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente, que enviou seu representante, Ricardo Brandão Figueiredo; Ricardo Teixeira, Secretário Municipal de Coordenação das Subprefeituras, que indicou seu Secretário Adjunto Sr. Miguel Reis; Benedito Braga, Secretário dos Recursos Hídricos do Estado de São Paulo; José Eduardo Ismael Lutti, Promotor de Justiça, que indicou o Dr. Marcos Lúcio Barreto; José Roberto Rochel de Oliveira, Promotor de Justiça; Vicente Andreu, Presidente da ANA, Agência Nacional de Águas – não pode comparecer –; Jerson Kelman, Presidente da Sabesp, que indicou seu representante, Sr. Dante Ragazzi Pauli; Marussia Whately, Arquiteta, Coordenadora do Programa de Mananciais do Instituto Socioambiental e Consultora da área de Recursos Hídricos – que não se encontra presente –; Roberto Kachel dos Santos; Cleuber José de Carvalho, Coordenador do Programa Municipal de Qualidade da Água para Consumo Humano de São Paulo, Vivaágua e Roberta Baptista Rodrigues, Professora de Engenharia Ambiental da Universidade Anhembi-Morumbi e Doutora em Recursos Hídricos.

Consta da presente audiência pública o seguinte projeto: PL 529/2014, que dispõe sobre aplicação de multa pecuniária para o desperdício de água na cidade de São Paulo e dá outras providências.

Constam da audiência pública, após esta primeira, os seguintes projetos: PL 323/2010, do Vereador Dalton Silvano; PL 185/2011, do Vereador Eliseu Gabriel; PL 737/2013, de vários autores; PL 44/2014, do Vereador Laércio Benko e PL 267/2014, do Vereador Conte Lopes.

Registro a presença dos nobres Vereadores Paulo Fiorilo, membro desta Comissão; José Américo, ex-presidente desta Casa; Reis; Marquito e Conte Lopes.

Não quero ser injusto com algum nobre Vereador, caso não o veja.

O Vereador, candidato a governador, meu amigo, de 37 anos; Vereadores Cabrabom, Gilberto Natalini, Ricardo Young e a Sandra Tadeu, que pertence a minha Bancada.

Considerando que o Vereador Laércio Benko, Vice-presidente da Comissão, é Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, que apura as questões da água, vou solicitar que presida a Comissão, pois cabe a ele assumir a presidência na minha ausência.

Transfiro, então, neste momento a presidência ao Vereador Laércio Benko.

Quero apenas deixar registrada a minha presença no plenário.

Vereador, tem V.Exa. a condução dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) - Ato contínuo, abrimos a segunda audiência pública. São vários projetos de lei, lerei o número e a ementa.

Aqueles que quiserem podem inscrever-se.

Projeto de Lei 323/2010, cria o programa de reuso de água em postos de gasolina e lava-rápidos no município de São Paulo, e dá outras providências. Autor: Vereador Dalton Silvano, do PV.

Projeto de Lei 185/2011, estabelece a proibição do descarte de óleos e gorduras vegetais ou animais na rede coletora de esgotos e águas pluviais no município de São Paulo, e dá outras providências. Autor: Vereador Eliseu Gabriel, do PSB.

Projeto de Lei 737/2013, dispõe sobre o uso de água potável na limpeza de calçadas no âmbito do município de São Paulo, e dá outras providências. Vários autores.

Projeto de Lei 44/2014, dispõe sobre o reaproveitamento de água pluvial nas escolas públicas municipais, e dá outras providências. Autor: Vereador Laércio Benko, do PHS.

No caso do meu projeto, quero fazer justiça, apesar de ser de minha autoria é inspirado na aluna do Parlamento Jovem, de 2013, apresentado Camila de Cássia de Figueiredo Uglar, do Colégio Comunidade. Considerei interessantíssimo esse projeto no Parlamento Jovem e decidi apresentá-lo.

Projeto de Lei 267/2014, altera o Código de Obras, Lei nº 11.228, de 25 de junho de 1999, acrescentando o item 14.3 ao seu Anexo I, para dispor sobre a utilização de instalações sanitárias mais econômicas em relação ao consumo de água e dá outras providências. Autor: Vereador Conte Lopes, do PTB.

Pergunto, em primeira mão, se os nossos convidados têm interesse em manifestar-se sobre os projetos citados.

Pois não. Pode fazer uso da palavra

Com a palavra o Sr. Elpídio Ulian JR, do CADEs da Subprefeitura Santana/Tucuruvi.

O SR. ELPÍDIO ULIAN JR – Novamente voltamos à tribuna para manifestar a nossa, não indignação, mas concordo com a colocação do nobre Vereador Conte Lopes, que realmente os nossos princípios são pela educação, a punição vem depois. A partir do momento que você informa, educa, você não cria um cidadão que venha a ser infrator. Pelo contrário. Ele fica consciente, claro que com todas suas dificuldades, que temos de educar, mas o caminho é educação, por isso que reforçamos os projetos educacionais, ambientais nas escolas. Pautados nos princípios da agenda 21, que são, realmente o ícone da mudança pragmática em nosso País, da ECO 92, que já deveriam estar bastante avançados e não estão.

Vou fazer uma breve analogia com relação a esses projetos. São extremamente importantes. Esses descartes de água, de poços, de lavagem que são resíduos altamente contaminantes com metais pesados, isso daí já deveria estar proibido. É um agravante e as pessoas hoje em dia, pouco informadas que foram, elas evitarão e assim todos nós ganharemos com bilhões de litros de água economizados e bilhões de resíduos que não serão gerados pelo simples fato de se educar. Temos uma das maiores frotas de carro do mundo. Podemos transformar essas pessoas em agentes informados e a mudança de comportamento virá com certeza, isso é um ponto passivo. Temos discutido muito em várias instâncias esses projetos e eles são viáveis sim, a partir do momento em que o poder público entrar com a informação, essas propagandas milionárias gastas por empresa que tem como visão e ótica o lucro, deveriam ser voltadas para a conscientização do cidadão.

Para finalizar, vou fazer uma analogia e gostaria de dar bastante ênfase porque na noite de 14 de abril de 1912, o maior Transatlântico do mundo estava cruzando as águas do Atlântico. Falo do Titanic. O Titanic foi um exemplo de como o homem subestima a natureza. Isso ficou bem claro após sua tragédia. Depois de vários alertas contra geleiras que se aproximavam, eles zombaram, isso está gravado, das informações precisas de tão arrogantes que foram os homens, em acreditar que o navio era indestrutível e precisava bater os recordes de velocidades. Resultado: os barcos a vapor que foram superados momentaneamente se tornaram um ícone de como a prudência leva ao resultado final. E nessa noite quando se depararam com iceberg todos eles tiveram a certeza de que estavam errados. Dentro dessa analogia que e estou fazendo, de que fomos avisados, nós também, estamos mais ou menos no mesmo patamar. Estamos sendo avisados pela natureza, as instabilidades climáticas são globais, não são regionais, é um movimento a típico, e isso está provado, mas nossas atitudes são infames perto da gravidade do problema, e o resultado da minha analogia, foi que o navio mais caro, mais luxuoso e mais soberbo do planeta, sucumbiu, em sua primeira viagem, matando mais de 1500 pessoas. E nos instantes finais, quando os motores pararam e o navio começou a se aproximar, foram alguns minutos que o homem viu que ele realmente tem de respeitar a natureza e dessa analogia espero que fique uma lição muito grande, para nós aqui, na maior cidade da América Latina.

Senhor Vereador já batemos no Iceberg e estamos à deriva. A pergunta que faço agora, para esta Casa, vocês irão nos salvar? Parabéns pelas leis. Estou muito otimista com o trabalho dos senhores. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) - Obrigado, Sr. Elpídio.

Passo a palavra ao Sr. Marcelo Nigro, Presidente da ATA – Associação dos Transportadores de Água.

O SR. MARCELO NIGRO – Boa tarde. Chamo-me Marcelo Nigro e sou Presidente da Associação dos Transportadores de Água do Estado de São Paulo.

Agradeço a oportunidade que esta Casa nos dá a fim de esclarecermos alguns pontos relacionados à maior crise hídrica que São Paulo já conheceu.

Com a licença do nobre Vereador Mario Covas Neto, aproveitarei o preâmbulo da fala de S.Exa. para dizer o seguinte: “A mídia vem discutindo amplamente os contratos que a Sabesp mantém com os grandes consumidores. Esses contratos foram criados, pela Sabesp, para os grandes consumidores e têm como objetivo que a Sabesp detenha o fornecimento de 100% da água dos grandes consumidores e receba em troca, dessa fidelidade, um valor negociado que pode chegar a 40% apenas do valor do metro cúbico da própria tabela da Sabesp.

Atualmente, esses contratos obrigam os grandes consumidores a se abastecerem apenas de água da Sabesp. Contudo, neste momento, o contrato da Sabesp não se obriga a fornecer a

quantidade acordada em contrato. Essa situação vem gerando uma insegurança nas empresas que mantêm esse tipo de contrato com a Sabesp, pois elas não têm a certeza de que terão a água disponível, conforme acordado.

Esse contrato representa um estímulo ao consumo, pois leva o grande consumidor a utilizar a água sem restrição e a um preço muito menor do que o praticado na Tabela original da Sabesp.

Com certeza, essa situação, que já perdura há muitos e muitos anos, contribuiu de forma direta com a crise atual, pois fez com que a Sabesp, em detrimento da população, utilize o maior volume de água para os grandes consumidores com valor de tabela bem menor por metro cúbico.

Essa situação fez com que houvesse uma distorção do real valor de um produto tão nobre, como é a água, pois a própria Sabesp, acreditando apenas na chuva e em seu sistema de armazenamento de água nas represas, achou que o sistema de fornecimento de água potável nunca sofreria um colapso.

Contudo, a crise veio e está afetando a nossa economia e a vida de todos, de forma geral, e esses contratos continuam em detrimento do fornecimento de água para os pequenos comércios e para a população de forma geral.

Essa situação gerou, para a fonte alternativa, uma crise que se estende até os dias atuais e, por nossa situação apresentada, essa mesma fonte alternativa é que vem, hoje, auxiliando a própria Sabesp no fornecimento de água potável.

A Sabesp ainda insiste em manter guardada a sete chaves a relação de empresas com quem mantém esse tipo de contrato, a quantidade de fornecimento e os valores arrecadados. Não demonstra, em momento algum, uma alteração em sua política e, principalmente, em acreditar que as nossas empresas de transporte de água potável, através de caminhão-pipa, possam dar continuidade ao seu fornecimento alternativo e ajudar, de forma direta, nesta crise sem precedentes que todos estamos enfrentando.

Estamos aqui hoje para nos colocar à disposição desta Casa, através de seus Vereadores, da sociedade civil organizada, dos Governos Municipal e Estadual e da própria Sabesp para, em conjunto, trabalharmos em prol de uma única situação: criar metodologias de atendimento emergencial e estrutural à fonte alternativa para que ela siga, na crise e pós-crise, como uma fonte viável de fornecimento de água potável para a indústria, hospitais, escolas, comércio e para a população, de forma geral.

Agradeço a Deus a oportunidade de estar aqui hoje. Parablenzo as empresas associadas à ATA, que vêm desenvolvendo um trabalho árduo, com muita responsabilidade no fornecimento de água potável através de caminhão-pipa, atendendo a esta crise.

Agradeço também a abertura que esta Casa nos deu; aos Srs. Exmos. Vereadores e, de forma geral, agradeço a todos e também à sociedade civil organizada aqui representada.

Marcelo Nigro, Presidente da ATA.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Obrigado, Sr. Marcelo.

Registro a presença do nobre Vereador Ota, pedindo para que V.Exa. faça parte da Mesa.

Tem a palavra o Sr. Juarez Pereira de Santana. (Pausa) Não está presente.

Então passo a palavra ao Sr. Guilherme Coelho, do Movimento Minha Sampa.

O SR. GUILHERME COELHO - Boa tarde, quero só alertar, dentro da situação que temos vivido hoje, primeiro que vemos com bons olhos esse projeto e acho que ele deve ser aprovado independente dos detalhes, do valor da multa, etc. e tal.

Até conversei com alguns dos Vereadores e comentei o fato de que deveríamos pensar em um projeto ou estudar o caso do uso da água em construção civil, no sentido de que no começo das obras, no canteiro de obras, que em sua maioria atingem o lençol freático. E essas construções colocam uma mangueira para o lado de fora e simplesmente jogam essa água fora.

Precisaríamos saber mais detalhes, como essa água pode ser reaproveitada ou aproveitada para a própria construção, porque fico muito indignado quando vejo uma construção acontecendo e uma mangueira para o lado de fora jogando água nesse momento ou em qualquer outro momento, mas na crise da água a situação é pior.

Então é só para alertar sobre isso e dizer que estamos de acordo e apoiamos o projeto de lei que está em pauta hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Obrigado, meu amigo Guilherme Coelho do Minha Sampa.

Tem a palavra o Sr. João Batista, assessor do Vereador Gilberto Natalini.

O SR. JOÃO BATISTA – Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, autoridades, amigos, venho falar do 737, mas quero aproveitar essa oportunidade para louvar os projetos no seu mérito, no seu esforço de resolução dos problemas, mas uma coisa tenho clara: um único projeto, uma única atitude não vai resolver o problema. São várias atitudes para que o problema hídrico seja resolvido, além da questão dos mananciais, do aproveitamento de água de reuso e do aproveitamento das águas de chuva.

Então faço coro com a proposta do Vereador Natalini para fazer um projetão na questão do Código de Obras, com a adoção de equipamentos que economizem a água tratada. Que se faça um projetão com escopo do 529, do 737, para cuidar da redução do consumo, proteger o consumo, que cuide da água de reuso, além da questão dos mananciais.

Agora falando especificamente do 737, que é muito semelhante ao 529, é que ele também prevê exceção no caso da limpeza de calçada, porque muitas vezes você vai lavar sua calçada porque teve uma enchente e encheu de lama. Vai que acontece um acidente na frente da sua casa, encheu de pó químico ou de outro líquido qualquer que não sai com a varrição, tem de sair com água, porque é a água que lava. E na minha casa não tenho água de reuso.

Então está previsto também que se pode lavar a calçada nos casos de exceção utilizando um balde e ter a oportunidade de se justificar no caso de uma interpelação da Prefeitura. Estou falando desse detalhe do projeto para termos a consciência de que muita coisa ainda precisa ser feita, mas o que me deixa otimista é o esforço da população – dessa vez do Governo – e desta Casa de Leis, encaminhando todos juntos para buscar soluções para reduzir o problema hídrico, porque água é vida e queremos viver um pouco mais ainda.

Obrigado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Obrigado, João Batista.

Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Realmente, a água é um bem que representa a vida. Se faltar água no planeta, todos os seres morrem. Mas poderia surgir a 3ª guerra mundial no planeta devido à falta de água se as autoridades não forem buscar. A tese que a Uni Cosmos Global apresentou há 20 anos que cada país usar 30 a 40% do seu uso da água do mar.

Sobre os PLs que vão punir os cidadãos e os pequenos e médios empreendedores por lavar calçadas. Se os pequenos e médios empreendedores que têm o comércio no Centro e bairros de movimento, que não tem água de reuso, as calçadas sujas de fezes de cachorros e pessoas e a Prefeitura não tem uma política de limpeza pública da calçada, ela só joga água aqui no Centro fazendo um serviço porco que não limpa a calçada.

A Prefeitura não tem um projeto de varrição e acaba emporcalhando mais as calçadas da cidade de São Paulo. Esses estabelecimentos vão fechar e vai surgir um grande desemprego na cidade de São Paulo porque o pessoal vai ter de fechar os seus empreendimentos.

No projeto do Vegetal, há 15 anos, eu apresentei no Rio de Janeiro, e o Rio foi o primeiro estado a reciclar o óleo vegetal de frituras porque antes o óleo usado era derramado na pia. Os comerciantes abriam as bocas de lobo e jogavam os baldes de óleo e o óleo contaminava o lençol freático.

Fizemos uma pesquisa há 10 anos sobre bijuterias vendidas na Cidade com o custo de um a 20 reais. Levamos a um laboratório no exterior. A bijuteria tem até 80% de teor de chumbo e metal pesado causando grandes danos à saúde. Eu apresentei essa pesquisa no Inmetro e no Ministério do Meio Ambiente e depois de 10 anos é que eles vieram confirmar que as bijuterias tinham cerca de 70% de chumbo e metal pesado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Obrigado.

Os Vereadores querem fazer uso da palavra? Vereador Ota? Vereador Paulo Fiorilo?

O SR. PAULO FIORILO – Sr. Presidente, só para registro com relação a minha posição.

A ideia da multa até pode prosperar no projeto apresentado pelos Vereadores da CPI, mas, em minha opinião, não aplicada pelo Poder Público. Essa é uma discussão que a bancada do PT está fazendo e que deve avançar, além da questão da multa à Sabesp em caso de desperdício, que é outra questão polêmica, mas que precisa ser discutida.

Por fim, é preciso se entender que estamos vivendo um momento dramático, que não terminou. Parece que, com a chuva que vem caindo nos últimos dias, as pessoas relaxaram ou o próprio Governo acha que está resolvido. Quero só deixar esse registro porque nós estamos ainda numa

situação muito crítica e que, com certeza, pode se agravar com o final do período de chuvas. Infelizmente, a falta de planejamento nos levou a essa situação. Portanto, fica esse registro. Acho que o Poder Público Municipal deve, sim, trabalhar com a conscientização, com a divulgação de informações, alertando as pessoas sobre a situação que estamos vivendo neste momento; mas não acho que ele deve ser o responsável por aplicação de multas.

Eis minha posição, que quero que fique publicamente registrada.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Obrigado, Vereador Paulo Fiorilo. Algum Vereador quer fazer uso da palavra? (Pausa) Algum dos convidados quer fazer uso da palavra? (Pausa) Fique à vontade, Doutora.

A DRA. ROBERTA _____ - Eu, particularmente, sou a favor dos projetos educacionais, mas penso que uma coisa complementa a outra. Sou a favor, sim, da multa, mas penso que o valor é muito alto, deveria ser menor. Por quê? Só o fato de a pessoa receber um boleto em casa e ter que ir pagar já fará toda a diferença, nem que o valor seja de 20 reais. Aí, sim, numa reincidência, poderia haver uma multa em valor maior.

Outra coisa que quero colocar é que a questão da água deveria ser tratada de forma técnica, não política. Não interessa se é PT ou PSDB. Não estou aqui por ser do PT ou do PSDB. Aliás, não tenho filiação alguma.

Com relação ao que foi dito pelo Vereador Mario Covas Neto, acho que sim, a Sabesp poderia ter feito diversas coisas, dentre elas o tratamento do esgoto. Qual a importância de se tratar do esgoto? Em um processo de tratamento do esgoto, passamos a ter uma água de melhor qualidade. Não precisaríamos estar vivenciando esse contexto que estamos vivenciando hoje porque a água do Rio Tietê poderia ser bombeada através do Rio Pinheiros para a Billings e, conseqüentemente, para o Alto Tietê. Mas hoje podemos fazer isso? Não, em hipótese alguma porque a água é extremamente poluída, e o tratamento da Sabesp é secundário, não terciário. Esse tratamento não remove as partículas que estão dissolvidas na água. É isso que precisa ser entendido. Água potável não significa necessariamente não contaminada, são coisas distintas.

Estou aproveitando este espaço para enfatizar que toda essa problemática tem um contexto muito maior. Discordo, sim, do Vereador Mario Covas Neto. Precisamos investir muito na questão do saneamento, o que não foi feito. Também as perdas do sistema são um absurdo; é inadmissível haver perda de água acima de 30% - água potável! Sou a favor da multa, sim, porque todos nós precisamos trabalhar em relação a isso, inclusive a população, mas a Sabesp também. O que tem de haver na Sabesp é um plano de contenção de desperdícios, e esse plano tem que ser disponibilizado na internet, para acesso pela população. O que a Sabesp está fazendo? Daqui a dois, três anos, quais serão as ações? Elas foram feitas? Não foram? Então, que se multe a Sabesp, não somente para a população.

Penso que também deve ser criada uma Agência de Vigilância da Água. Temos a Agência de Vigilância Sanitária. Por que não uma agência de vigilância da água? Vamos entrar em todos os estabelecimentos comerciais, públicos – inclusive esse – e vamos verificar o que está acontecendo.

As peças sanitárias são adequadas? Não são? Precisam ser trocadas? Há desperdício? Não tem? Tudo isso tem de ser levantado. Tudo isso tem de ser feito.

Então podemos dizer que precisa ser criado um projeto global, envolvendo todas as partes. Não é só a população, é porque sei que algumas pessoas, aqui, quando falei que sou a favor do projeto, que sou a favor da multa, principalmente os representantes da sociedade civil acabaram me olhando um pouco torto. Sou a favor da multa, mas também de uma série de outras coisas.

E não tiro a culpa da Sabesp. A Sabesp tem uma série de responsabilidades sim. E o Governo do Estado de São Paulo também, principalmente no que tange à aplicação da política de recursos hídricos. Cadê os comitês de bacia? Cadê os representantes da sociedade civil? Por que não estão sendo capacitados? Cadê os instrumentos da política? E o enquadramento?

O enquadramento é um instrumento extremamente importante. É o que faz a junção da qualidade com a quantidade de água. Por que esse instrumento não é aplicado? Qual o segmento que não tem interesse na aplicação desse instrumento? Tem muitos segmentos que não têm interesse e que precisam fortemente da água.

E outra também: essa questão da água precisa ser tratada dentro de um contexto de bacia hidrográfica. E uma bacia hidrográfica é constituída por diversos municípios. Diversos! Então essa ação precisa ser conjunta. Ela não pode ser isolada de um único município. Daí a importância dos comitês de bacia.

O problema da água é um problema muito maior.

Quando pedi a primeira fala, eu parabeneizei a Casa pela iniciativa, continuo parabenizando, mas só que esse problema é muito maior. Vai muito além de legenda.

E com relação a ter racionamento ou não, também sou totalmente a favor ao racionamento. Por quê? Nós não deveríamos estar no volume morto. Volume morto não deveria ser opção. Tecnicamente falando volume morto é utilizado para sedimentação das partículas que estão em suspensão, que são aportadas no reservatório. Não é para ser utilizado para consumo humano.

No início do segundo semestre de 2013 – e sempre coloco isso – quando o sistema Cantareira já estava com 50% de sua capacidade uma luz vermelha já deveria ter acendido. O racionamento, para mim, já deveria ter começado ali. Era ali que o racionamento tinha de entrar.

E a questão não é política, se é PT ou PSDB. Não interessa. Não está me interessando em nada. O que está me interessando é o consumo humano, de uma água com qualidade. Não adianta ter água em quantidade, precisamos de água com qualidade.

E nosso tratamento – reforço aqui – é secundário. Não é terciário, não tira as substâncias que estão dissolvidas na água.

E o que está acontecendo é que nós estamos ingerindo essa água. E daí? Ela está se bioacumulando, potenciais substâncias químicas que existam nessa água – estou falando potenciais - em nosso organismo. E daqui dois ou três anos, podem estourar diversas doenças, como, por exemplo, um câncer. Cadê o biomonitoramento dessa água do volume morto? Cadê? Eu sempre pergunto isso também. Porque não estão fazendo o biomonitoramento? Porque os resultados não estão na internet? Cadê os responsáveis técnicos pelo biomonitoramento? Tem de assinar ali. Tem de ter responsável técnico pelo biomonitoramento. A água é o que? É só potável? Mas é uma água contaminada ou não? Como eu coloquei, são coisas distintas.

Bom, é só isso, obrigada.

O SR. LAÉRCIO BENKO (PHS) – Obrigado Dra. Roberta, e já lhe faço o convite, não só à doutora, mas todos os demais presentes.

Amanhã, às 10h, haverá a reunião ordinária da CPI da Sabesp, com a presença do Sr. Presidente da Sabesp e do Sr. Paulo Massato, Superintendente Metropolitano da Sabesp. A Sra. Roberta será muito bem vinda aqui, para fazer perguntas para o próprio Presidente da Sabesp.

Tem a palavra o nobre Vereador Ricardo Young.

O SR. RICARDO YOUNG – Sra. Roberta, sei que está agora falando com nosso DD. Promotor. Parabeno-a pela sua fala, uma das mais lúcidas e tocantes de uma cidadã, a respeito do problema que vai muito além da disputa política. É um problema sistêmico de competência, de visão de mundo e de toda uma mentalidade que precisa ser mudada. A sua fala foi completa, ao chamar todos os responsáveis para a consciência e agirem, de forma cooperada, para resolver o problema. Se a senhora permitir, eu gostaria de transcrever a sua fala na minha página e compartilhar na internet. Estou autorizado? (Pausa) Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Em não havendo mais interessados a falar, agradeço a presença de todos. Reitero o convite para todos participarem, às 10h, da nossa segunda reunião ordinária deste ano, da Comissão Parlamentar de Inquérito, que investiga o contrato entre a Prefeitura de São Paulo e a Sabesp.

Está encerrada esta audiência pública.

z soar a campainha.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

fls. 45

REUNIÃO: 15335 DATA: 04/03/2015 FL: 1 DE 2

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Folha nº 65 do Proc.
Nº PL 737 de 2013
João Carlos Dias Chaves
RF 11.336 - SGP.12

PRESIDENTE: MILTON LEITE

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 04 de março de 2015

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
-
- Lista de participantes não fornecida
- Grafia(s) não confirmada(s)

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4

NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

FL. Nº

fls. 47

Anexo – notas taquigráficas

Proc. nº

CMSP – NOME DA CPI

Nome - RF

REUNIÃO: 15335

DATA: 04/03/2015

FL: 2 DE 2

O SR. PRESIDENTE (Paulo Florilo) - Consulto se há outros inscritos. Declaro

encerrada a audiência pública do Projeto 185, do Vereador Eliseu Gabriel, que estabelece o descarte de e gorduras animais ou vegetais, na rede coletora de esgotos e águas pluviais no Município de São Paulo e dá outras providências.

Abro imediatamente a audiência pública do Projeto 737/2013, dos Vereadores Goulart, Police Neto, Mario Covas, Natalini e Toninho Vespoli, que dispõe sobre o uso de água potável na limpeza de calçadas, no âmbito do Município de São Paulo e dá outras providências.

Consulto se há alguém da assessoria dos Vereadores para a apresentação do projeto. Consulto se há inscritos sobre esse projeto.

Declaro encerrada a audiência do Projeto 737/2013, de vários autores.